



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**NAS PÁGINAS DO JORNAL *MOVIMENTO*,
FRAGMENTOS DO COTIDIANO: A COLUNA *CENA BRASILEIRA*
E AS MAZELAS SOCIAIS DO BRASIL**

Arielle Rosa Rodrigues¹

Resumo: Em julho de 1975, na cidade de São Paulo (SP), foi fundado o jornal *Movimento*. Representante da chamada imprensa alternativa que circulou durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), o periódico ficou conhecido como o “jornal de jornalistas”, uma vez que a intenção era de que o jornal fosse propriedade de quem nele trabalhasse. Durando 334 edições, o jornal encerrou suas atividades em novembro de 1981. Contrapondo-se e contestando o regime ditatorial vigente, o jornal *Movimento* voltou-se para a análise do tempo presente em que circulava. Nesse sentido, a ênfase dada ao contexto sociopolítico do processo de abertura política “lenta, segura e gradual” foi uma constante na medida em que seu desenrolar refletia direta e/ou indiretamente nos variados âmbitos da vida sociocultural e econômica do país. Contudo, para além da dimensão política associada às altas esferas governamentais, o periódico também se dedicou a discussão de problemas que assolavam cotidianamente o Brasil tais como baixos salários, transporte, moradia, saúde pública, etc. Deste modo, a presente comunicação objetiva analisar - segundo a metodologia da Análise do Conteúdo - como a coluna *Cena Brasileira* era um espaço voltado para a reflexão e crítica das mazelas socioeconômicas que eram presentes no Brasil no período de circulação do jornal.

Palavras-chaves: *Cena Brasileira*, jornal *Movimento*, imprensa alternativa, ditadura civil-militar.

“Pois eles não lembram que pobre precisa ter um salário melhor” (*Movimento*, Novembro de 1974, p. 2). Proferida por uma moradora da periferia da cidade de Salvador - capital do estado da Bahia (BA) - essa frase é um retrato da realidade de uma parcela significativa da população brasileira durante a década de 1970. Publicada na edição nº 124 do jornal *Movimento*, mais especificamente na coluna *Cena Brasileira*, a consideração da moradora soropolitana nos convida a problematizar sobre as condições socioeconômicas que

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ariellerosarodrigues@gmail.com



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



pessoas pertencentes às classes menos favorecidas economicamente vivenciam e que foram publicadas nos periódicos alternativos que circulavam no período.

Integrante da chamada imprensa alternativa ², o jornal *Movimento* foi fundado em julho de 1975 na cidade de São Paulo (SP). Sua circulação foi até novembro de 1981, o que totalizou na publicação de 334 edições. Conhecido pela intenção de ser o “*jornal dos jornalistas*” ³, o periódico objetivava, entre outras coisas, discutir questões referentes ao seu tempo presente de circulação. Discussões sobre o cenário político nacional, movimentos sociais, economia e produções artísticas e culturais eram temas recorrentes em suas páginas. De periodicidade semanal, *Movimento* foi também um instrumento e um espaço de resistência a ditadura civil-militar que fora instaurada através de um golpe de estado em 31 de março de 1964.

Submetido a censura prévia do seu nº 001(07/07/1975) até seu nº 153 (05/06/1978), o jornal *Movimento* foi produzido em um contexto político de expectativas e anseios sobre como aconteceria a “abertura lenta, gradual e segura” ⁴ anunciada pelo então general-presidente Ernesto Geisel ano anterior, 1974. Em termos socioeconômicos, o Brasil vivia a crise do chamado “milagre econômico” ⁵, o aumento da inflação, as migrações para as áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de vida e a consolidação da expansão industrial iniciada cerca de uma década antes. De acordo com Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna (2014), houve também, na segunda metade do século XX, o aumento da expectativa de vida para homens e mulheres, diminuição da mortalidade infantil e adulta por doenças infecciosas, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a queda na taxa de natalidade. Diante deste

² Caracterizada por ser uma imprensa de contestação política e/ou comportamental, a imprensa alternativa, durante o período da ditadura civil-militar, foi um espaço frutífero de lutas e atuações políticas na medida em que possibilitava que diferentes sujeitos e concepções de esquerda pudessem ser expostos e debatidos. KUCINSKI, Bernardo. *Movimento: O jornal dos jornalistas*. IN: **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018

³ Para uma discussão sobre a trajetória do jornal *Movimento*, ver mais em: KUCINSKI, Bernardo. *Movimento: O jornal dos jornalistas*. IN: **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 339-404.

⁴ O pronunciamento em que General-Presidente Ernesto Geisel anuncia a “abertura lenta, gradual e segura” foi proferido em 29 de agosto de 1974 no Palácio da Ávorada para os dirigentes da Arena.

⁵ Ver mais em: SINGER, Paul. O processo econômico. IN: **Modernização, ditadura e democracia (1964 – 2010)**. REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183 – 231.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



cenário de transformações, a pirâmide etária brasileira entrou na fase de “transição demográfica”⁶ que é característica das sociedades modernas.

Embora a sociedade brasileira estivesse se modificando, as desigualdades regionais, sociais, culturais e econômicas existiam. Os processos de desenvolvimento da região centro-sul não eram os mesmos que ocorriam, por exemplo, no Nordeste. As acentuadas diferenças entre as regiões do Brasil foi um dos fatores que levou tanto a migração do campo para a cidade quanto a migração de uma região para outra. Provavelmente, as pessoas migrantes carregavam em sua bagagem a esperança obter melhores oportunidades de trabalho, moradia, e, conseqüentemente, condições de viver a vida de maneira digna.

Atento a essas realidades que compunham seu tempo presente, o jornal *Movimento* produziu reportagens voltadas para a exposição das diversas situações adversas que cotidianamente eram enfrentadas em vários lugares do Brasil. Um dos espaços que o periódico dedicou em suas edições para a apresentação desses cotidianos foi na coluna *Cena Brasileira*. Variável quanto a sua publicação, a coluna esteve presente em mais de 75 edições. Seu foco principal eram histórias de pessoas que lutavam diariamente para sobreviver. Na escuta das experiências que eram vivenciadas de Norte a Sul do país, *Movimento* trouxe para o conhecimento do seu público leitor narrativas que mostravam as dificuldades, desejos e sonhos de sujeitos que, frequentemente, não figuravam nas páginas dos grandes veículos de comunicação da época.

Na busca por compreender um país que era assolado a mais de uma década por uma ditadura civil-militar cujos projetos desenvolvimentistas acentuaram ainda mais as desigualdades sociais existentes, *Movimento* fez do cotidiano experimentado no dia-a-dia uma fonte de reflexões sobre as mazelas com que parte significativa da população brasileira se defrontava constantemente.

Assim, partir dos pressupostos metodológicos da Análise do Conteúdo⁷ tal como definidos por Laurence Bardin (1977), se analisará três reportagens publicadas na Coluna

⁶ De acordo com os autores, na fase de transição demográfica a sociedade tem baixos índices de natalidade e mortalidade. (KLEIN, LUNA, 2014, p. 36).

⁷ Em linhas gerais, Laurence Bardin definiu a Análise do Conteúdo como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Seus procedimentos metodológicos envolvem essencialmente 3 passos, que são os seguintes: 1ª – a pré-análise do material, 2ª - a exploração do material e 3ª – o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977, p. 95).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Cena Brasileira com o objetivo de problematizar como as pessoas percebiam as realidades e as mazelas com as conviviam.

A COLUNA *CENA BRASILEIRA* E OS RETRATOS DO COTIDIANO

Na 21ª edição (24/11/75), o jornalista Murilo Carvalho publicou, na coluna *Cena Brasileira*, a seguinte reportagem “*Os mineiros de Criciúma, Santa Catarina: Os mineiros do carvão*”. Na extensão de uma página, o autor nos levou a conhecer um dia de trabalho dentro de uma mina de carvão na cidade de Criciúma, localizada no sul do estado de Santa Catarina (SC). Descrevendo a entrada dos operários no interior das minas, o trabalho realizado e as condições com que a extração do carvão era feita e o fim da jornada de trabalho, Carvalho apresentou personagens como Jaime Freitas, de 26 anos. Freitas, que na época trabalhava como manobreiro, relatou que eram necessários mais de 300 homens para realizar o trabalho no interior da mina. Distribuídos entre as funções de madeiros, bombeiros, furadores, queimadores, manobristas, trilheiros, segurança e manutenção, esses homens eram submetidos a condições insalubres as quais lhes acarretavam problemas de saúde, especialmente respiratórios. Em relação a esse assunto, Jaime Freitas, que anteriormente fora furador, elucidou que:

A gente já sabe que trabalhar de furador é pedir pra encurtar a vida, mas a gente fica na ilusão de ganhar mais, o salário de furador é de 2.800⁸, ao passo que o dos outros é de mais ou menos 900. Vale a pena arriscar, a gente sempre acredita que pondo a máscara vai ser diferente, mas é o desejo de melhorar de vida, dar um conforto pra família, que jogou a gente lá na frente, comendo poeira de carvão e o tempo inteiro (*Movimento*, Novembro de 1975, p. 3).

A busca por melhores salários e melhores condições de vida para a família foi, para Jaimes Freitas, motivo para trabalhar por um determinado período como furador. Essa função era considerada a mais perigosa entre os mineiros pois consistia em abrir buracos dentro da parede de carvão com uma furadeira afim de inserir as bananas de dinamite. Um erro de cálculo na abertura da cavidade poderia ser fatal. Respirando um ar carregado de substâncias tóxicas por dois anos e meio, Jaime perdeu 30% do pulmão e adquiriu pneumoconiose, uma

⁸ Na época da produção de todas as reportagens analisadas, a moeda oficial do Brasil era o Cruzeiro. Assim, cabe ressaltar que todos os valores monetários que aparecerão no decorrer deste artigo fazem referência ao cruzeiro. Ver mais em: < <http://idealsoftwares.com.br/tabelas/tabela.php?id=351>>, acesso: 06/04/2021



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



doença sem cura que era proveniente do acúmulo de poeira no pulmão. Por conta de sua condição de saúde, frequentar alguns espaços de lazer com sua família não eram mais possíveis. Nas suas palavras:

Outra coisa que me chateia é que eu não posso mais ir a praia, não posso tomar sol nas costas. Minhas crianças precisam vez ou outra tomar um solzinho, mas não tem jeito, eu não posso levar. O jeito é sair nas folgas e ir fazer um churrasco nos matos, em vez de poder ir pro mar. (*Movimento*, Novembro de 1975, p. 3).

A escolha de colocar a saúde em risco em prol de um salário que permitiria oferecer a família condições de vida mais dignas era um argumento constante entre os trabalhadores do período em todo o país. A preocupação com o futuro dos filhos impulsionava homens e mulheres a enfrentarem jornadas de trabalho que incluía hora extra, condições adversas no espaço de trabalho e longo deslocamento entre a casa e o local de serviço. Os momentos de descanso e lazer com os entes queridos era, por vezes, atravessado pelas consequências do trabalho, tal como Jaime expusera acima. Pai de dois filhos, ele e sua esposa trabalhavam fora para garantir a sobrevivência de todos da casa. Mas o casal de Santa Catarina não era o único que vivenciava essa realidade. Na edição nº 82 (24/01/77) a história de Edite e de suas companheiras que eram lavadeiras na cidade de Juazeiro na Bahia (BA) foram contadas por Murilo de Carvalho.

Intitulada de *As lavadeiras: As mulheres que lavam roupa em Juazeiro*, a reportagem de uma página apresenta como a instalação de uma cooperativa de lavadeiras havia facilitado o trabalho de mulheres que se dedicavam de lavar roupa. Segundo a matéria, a Associação de Lavadeiras de Juazeiro foi fundada em 1971 por incentivo da Diocese local e contava com a participação de cerca de 130 mulheres. Com duas sedes prontas na cidade e cobrando uma mensalidade de 3 cruzeiros por mês por pessoa, a associação disponibilizava tanques, coradouros, varais e fogões a lenha para as suas associadas trabalharem. Edite, uma das mulheres que ali exercia seu ofício compartilhou um pouco da sua história de vida e de sua visão quanto a existência da associação:

‘Eu sou baiana aqui de Juazeiro mesmo’ diz Edite, ‘sempre trabalhei de lavadeira, desde mocinha. Lavava roupa lá no Rio São Francisco, Ave Maria, lá no Angari numa distância que tem bem uns três quilômetros. E eu com uma baciona de roupa na cabeça, lenha, bacinha pequena, lata de ferver pendurada do lado, e eu ia nesse sofrimento todo, as vezes chovendo e as vezes eu levava quedas naqueles lameiro, ô meu Deus. Aqui melhorou



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



bastante, mas tem muita mulher ainda que lava roupa no rio, a maior parte. Na associação é melhor porque a gente trabalha na sombra. Quando fizeram essa lavanderia eu dizia: vige, como é que eu vou pra lá, num sei não, já tou tão acostumada com o rio, não sabia de outro jeito. Lavei roupa no rio 12 anos e durante esse tempo que eu lavava lá, vivia velha, queimada, pálida e depois que eu vim aqui pra lavanderia outro sangue eu tomei, fiquei bem forte mesmo, Aqui elas dizem que foi porque elas deram comida pra mim, de brincadeira, não sabe? É que aqui cada uma traz uma coisa, traz outra e a gente ajunta tudo e come todas, distribui a comida. A gente às vezes traz um pedaço de tripa, um pedaço de carne, uma farofa, e aí a gente come pão, feijão que a gente cozinha de noite de traz praqui de manhã bem cedo. Viver na sociedade é uma beleza, é muito melhor, uma ajuda a outra e a vida corre mais boa. Mas o nosso é que é pouco, tanto que eu não tenho condições de pagar o INPS⁹, os 35 por mês, tenho não. Sou sozinha, tenho meus filhos pra educar, eles estão na escola e eu só pago a matrícula, mas tem os livros, fardas, tudo isso do dinheiro da roupa que eu lavo. Eu ainda não pude comprar os livros, só paguei os 36 da matrícula e para tirar os retratos. Uma vez e disse pra uma mulher, mas dona fulana, o feijão aumentou, a farinha aumentou, tudo aumentou, aumente também essa lavagem de roupa. Ela disse: olhe dona, você, não lava roupa não é com feijão nem com farinha não, é com as mãos. E não quis dar o aumento. (*Movimento*, Janeiro de 1978, p. 3).

A fala de Edite apresenta constatações sobre uma realidade marcada pela necessidade de sobreviver e conseguir oferecer condições para que seus filhos tivessem um futuro diferente do seu. Ao relatar que antes da fundação da associação percorria diariamente independente das condições climáticas- cerca de três quilômetros a pé para cumprir sua jornada de trabalho e garantir o sustento da família, Edite nos permitiu vislumbrar como o desenvolvimento e a modernização do país não eram acessíveis a todos os cidadãos brasileiros. Se nas grandes cidades do país os arranha-céus despontavam a cada esquina, em Juazeiro, a energia elétrica ainda não era disponível para toda a população. Dona Erondina da Costa de 62 anos, outra lavadeira da associação contou que:

Eu já lavei muita roupa, mas agora ando cansada. Estou proibida pelo médico de engomar, porque meu peito num dá mais pra ficar assoprando brasa, já não tenho mais talento para isso. As vezes dona Guilhermina me empresta o folezinho dela. Se fosse com ferro de eletrecidade era melhor, mas aqui ninguém tem luz, tudo tem que engomar no ferro de brasa, tem que assoprar muito. (*Movimento*, Janeiro de 1978, p.3).

⁹ O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foi criado em 21 de junho de 1966 e integrava o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas). O INPS era vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Edite e Dona Erondina convergem na consideração de que as condições nas quais lavavam roupa antes da associação desencadeavam danos a saúde física das lavadeiras. A falta de alimentação adequada, a exposição a variados climas e a falta de energia elétrica eram fatores prejudiciais no exercício da profissão. Sem condições financeiras para suprir todos os gastos da família, havia tanto a queixa de uma melhor remuneração pelo serviço prestado quanto a ausência de um salário fixo que as possibilitasse não depender mais das doações de comida e remédios feitas por intermédio da Diocese. Acerca desses dois aspectos, duas falas de dona Guilhermina - presidente da associação - nos ajudam a refletir sobre as constatações acima feitas. Na primeira fala, dona Guilhermina contou sobre clientes suas que não aceitavam o preço que ela cobrava pelo serviço e que, por medo de perder um pagamento, ela aceitava o valor proposto:

Ixe! Menina, eram seis cortinas enormes pra lavar e passar, que passa da minha altura e muito. Eu mandei pedir pra mulher 15,00 e acho que ela pensou que era mentira do menino, achou muito caro. Quis pagar só 10,00. Lavei e entreguei assim mesmo e bem lavada e bem passada. Isso não é demais querer pisar nos outros? As vezes a gente vai pedir 10,00 de adiantamento pra patroa, prum caso de doença, de necessidade, ela diz que não tem, diz que venha amanhã. Então eu digo que vou é esperar pela morte, não é não?! Se a gente diz que não lava o mês todo por 40,00, elas manda outra lavar, uma que se assujeite, e ela lava. Então é melhor a gente receber os 40,00 do que nada. (*Movimento*, Janeiro de 1978, p. 3).

Diante do medo de perder um dinheiro que era garantido e necessário ao final do mês, houve a submissão por parte de algumas lavadeiras às condições impostas por quem contratava seu serviço. Em virtude da concorrência e da necessidade de sobreviver, parecia ser mais acertado garantir alguma remuneração do que perder a cliente. Ressalta-se ainda que a falta de compreensão e até mesmo de empatia de clientes frente à necessidade de uma parte do pagamento adiantado ou a recusa de um aumento no valor pago pelo serviço de lavagem de roupa causava indignação e revolta das profissionais. Além disso, como dito anteriormente, o outro ponto que frustrava as lavadeiras de Juazeiro era falta de um salário fixo que permitisse que elas não fossem mais dependentes das doações de remédios e de alimentos.

A associação, os benefícios que a Diocese faz, as comidas e os remédios que a Secretaria de Higiene dão pra nós, é tudo muito bom, a gente só tem que agradecer, mas o melhor mesmo é se nós ganhasse um salário certo, direito, que desse pra nós comprar as coisas com nosso próprio ganho, sem ficar recebendo de graça dos outros. (*Movimento*, Janeiro de 1978, p. 3).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



O aceite de determinadas condições de trabalho era, por vezes, relacionado com o desejo de garantir o futuro dos filhos fosse diferente do que elas vivenciavam. Nesse sentido, o investimento na educação formal era visto como um caminho para concretizar tal desejo. Acerca disso, dona Guilhermina ponderou que, embora seus ganhos não fossem suficientes para todas as suas despesas, atender aos pedidos dos filhos por material escolar impulsionavam seus esforços para continuar trabalhando:

Eu mesma estou agora num aperto medonho, entrando no fundo da agulha. Um filho pede um caderno, o outro pede um livro. Mas eu me esforço pra eles estudarem, eu acho importante, porque eu não tenho nada, só tenho a minha vida e essa é de Deus e a hora que ele me levar, a minha filha vai poder dizer que a riqueza que eu deixei pra ela, foi botar ela na escola. (*Movimento*, Janeiro de 1978, p. 3).

Visto como um caminho de acesso a melhores possibilidades de emprego e, conseqüente, de melhores condições de vida, o investimento na educação foi uma das prioridades de muitas famílias de trabalhadores em todo o país, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Percebida como uma herança e uma riqueza a ser deixada, o garantir o acesso a educação e ao conhecimento eram fagulhas de esperança de dias melhores em uma realidade marcada por privações. Contudo, ensinar em locais cuja infraestrutura era deficitária e as condições socioeconômicas dos estudantes desfavoráveis foi experienciado por professoras de cidades do interior do estado de Minas Gerais.

Publicada na edição 119 (10/10/78) a matéria *Professoras rurais: Um dia na vida das professoras mineiras – suas dificuldades em formar uma nova geração de brasileiros* ocupa a terceira página da edição e compõe o acervo da coluna *Cena brasileira*. Produzida por Murilo de Carvalho em julho de 1976 -conforme consta em nota de pé da página- a reportagem foi publicada dois anos após sua elaboração. Nela, os relatos de profissionais que trabalham em escolas rurais do estado trazem à tona as dificuldades de acolher os estudantes e lecionar com recursos escassos.

Naomir de Oliveira Cassimiro de 49 anos de idade, a merendeira de da Escola Rural de Macacos - comunidade que fica no município de Carvalhópolis (MG) - contou que: “Tem menino ai que caminha mais de 10 km para chegar na Escola. Vem de sítio longe, andando pelos matos. Madruga e quando chega essa hora [*dez horas da manhã*] tão varados de fome. As vezes come dois, três pratos de sopa” (*MOVIMENTO*, outubro de 1978, p.3). Trabalhando



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



há 9 anos como merendeira na Escola Rural dos Macacos, Naomir ganhava um salário mínimo regional e cursava, na época que a matéria foi escrita, a 5ª série do Ensino Fundamental em uma cidade vizinha, Machado (MG). Realidade similar e um pouco mais dramática era enfrentada por Maria Matilde Pereira de 34 anos.

Professora do município de Inhaúmas (MG), Matilde contou que:

“Dar aula aqui é quase impossível”, diz Matilde. “As crianças não tem nem uma sopa, um lanche. A divisão regional da Merenda Escola manda algum mantimento pra cozinha, mas a prefeitura não pode pagar uma servente para cozinhar. Antes eu mesmo cozinhava, mas agora eu resolvi estudar, estou cursando a 7ª série em Machado, tenho que viajar toda tarde, não dá mais tempo. Então as crianças que podem, trazem algum lanche, as outras...” (MOVIMENTO, outubro de 1978, p. 3).

A falta de recursos para pagar uma pessoa encarregada de produzir as refeições dos estudantes era um fator a mais na soma das condições de trabalho adversas de Matilde e de tantas outras professoras de diversas regiões do país. A mesma acrescentou que suas aulas eram ministradas em uma sala de aula de 3m² que abrigava os alunos da 1ª e 2ª série. Sem espaço físico suficiente para cada série tivesse sua própria sala de aula a solução encontrada foi unir duas turmas em um único espaço de aprendizado o que, por certo, a obrigava a pensar em estratégias para atender aos processos de ensino e aprendizagem específicos de cada ano escolar. Além disso, Matilde salientou que as carteiras utilizadas pelos estudantes eram velhas, que existia apenas um quadro negro e que pouquíssimos tinham condições de possuir um livro didático. Lecionar em um ambiente atravessado por falta de recursos básicos necessários implicava em uma constante adaptação.

Como o exposto acima, Matilde além de ser professora, ainda estudava pois não havia completado os Anos Finais do Ensino Fundamental. Seu salário era baixo e não havia nenhum registro formal que comprovasse seu vínculo empregatício e lhe garantisse seus direitos trabalhistas. Sobre essa situação, a reportagem trouxe que:

Matilde ganha 470,00 mensais da prefeitura e não tem nenhum registro, não desconta INPS ou qualquer outro instituto. “A gente vive abandonada aqui. Até hoje nunca veio uma inspetora ver se a escola vai bem, se existe mesmo. Nunca aparece contribuição nenhuma, a não ser quando algum pai de aluno, mais remediado, arranja algum dinheiro pra comprar material pros mais necessitados. Eu mesmo não posso fazer nada, porque com o que ganho, meu dinheiro é a conta de pagamento para a condução e o estudo em Machado. E só dá porque eu sou solteira e vivo na casa do meu pai. Decerto



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



é porque eu não tenho formatura que eles pagam tão pouco. Mas quando a prefeitura me convidou para lecionar aqui, em 1961, eu era uma das poucas que já tinha terminado o curso primário. As mulheres não costumavam estudar mais do que isso, achavam que era bobagem, que estudo era coisa só para homem”. (*MOVIMENTO*, outubro de 1978, p. 3).

A fala de Matilde sobre a sua realidade que é interpelada por seu ambiente de trabalho constata ao menos 3 privações enfrentadas: 1 – O abandono da escola por parte de autoridades e órgãos competentes que deveriam zelar por seu funcionamento, 2 – O salário ínfimo pago a professora e 3 – A falta de incentivo ao estudo feminino. Com mais de 15 anos de experiência como professora, Matilde cresceu num ambiente e numa geração que não encorajava as mulheres a estudar. Vistas, na época, como as únicas responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos, as mulheres era reservado o espaço doméstico, onde o saber minimamente ler e escrever eram considerados o suficiente. Provavelmente Matilde não era a provedora do sustento da casa, seu pai deveria o ser. Diante dessa situação, o retomar dos estudos quase duas décadas depois de já exercer o ofício docente lhe fora possível e possivelmente lhe descortinava novos horizontes.

Em situação similar de não possuir nem registro empregatício e nem um salário que satisfizesse suas necessidades estava dona Mariana Fernandes de 50 anos de idade. Professora de duas séries na Escola Rural do Esmeril, localizada no município de Carvalhos (MG), acumulava 25 anos de experiência no magistério. Seu ofício consistia em ensinar as crianças entre 6 e 8 anos de idade a ler e escrever. A escola em que leciona é um pequeno prédio rodeado de variadas plantações. Seus estudantes são, principalmente, filhos de pequenos sítiantes, enxadeiros. A distância percorrida para chegar até a escola, segundo a professora, poderia chegar a 16 km de caminhada. Sobre a situação da escola, dona Mariana relatou que:

“Aqui na escola falta muito material, ninguém fornece nada. E aqui tem muitas crianças desfavorecidas, filhas de colonos, de enxadeiros, que ficam com um caderninho só pro ano inteiro, é o único material escolar que eles dispõem. Depois, os livros, é tudo muito caro, e cada um arranja um diferente, ganhado, sobrado de um irmão mais velho. Desse jeito fica mais difícil ainda de dar aula, porque não posso adotar de fato um livro, coitados, eles muitas vezes não podem comprar, os pais deles mal faz para alimentá-los. As vezes eu fico achando um milagre que essas crianças, pequenas desse jeito consigam aprender tão depressa”. (*MOVIMENTO*, outubro de 1978, p.3).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Tal como sua colega professora Matilde, a constatação de dona Mariana sobre ausência de auxílio por parte dos órgãos e autoridades competentes era um agravante significativo para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. O sentimento de abandono por parte do poder público e a preocupação com seus alunos a impelia a encontrar saídas que garantisse que os estudantes menos favorecidos economicamente tivessem ao menos um caderno para anotar as lições e o conteúdo trabalho em sala de aula. Para dona Mariana, a alternativa encontrada foi pedir ajuda aos fazendeiros da região: “Eu sempre tento alguma ajuda, escrevo cartas para os fazendeiros mais ricos, pedindo alguma ajuda para comprar o material pra os mais desfavorecidos. Alguns até ajudam, mas a maioria fica na carta mesmo.” (*MOVIMENTO*, outubro de 1978, p.3).

Lutando para sobreviver e continuar trabalhando, dona Mariana contou que precisa fazer trabalhos extras para poder garantir o mínimo de dignidade pois o salário que ganha como professora não é suficiente. Em suas palavras:

“Eu recebo menos que o salário, da prefeitura. E sempre foi assim, eu sempre fui muito pesada com esse negócio de remuneração. Nunca ganhei um ordenado suficiente para satisfazer minha vida. Sempre precisei fazer quintada pra fora pra completar o orçamento. Fazer pastel, bolo, biscoitos, bolachas pra vender nos bares, nas festas. As vezes a gente tece uma cobertura de lã, faz uns quebras galhos pra ajudar na manutenção. Somos duas em casa, eu e minha irmã, que sempre lutamos sozinhas, para manter uma vida digna. Minha irmã é supervisora da merenda escolar e ganha como eu, na prefeitura. Se Deus ajudasse que a remuneração fosse um pouquinho melhor eu acho que até a qualidade das aulas podia melhorar. A gente evoluia mais, podia comprar uns livros melhores, atualizar mais, para melhor informar as crianças. Mas a prefeitura não tem condições de pagar mais a gente. Nós recebemos da parte que vem do fundo de participação dos municípios, que é muito pouco. Então quando o fundo vem certinho a gente recebe em dia. Quando o fundo atrasa, a gente fica muitos meses sem receber. Agora mesmo eu ainda não recebi nenhum salário deste ano, desde que começaram as aulas. Nós não temos registro em carteira, não pagamos INPS, nada disso. É tudo na base da confiança, como sempre foi. A gente ainda sobrevive porque tem um controle muito grande sobre a nossa economia, tem uma vida econômica. Somos pessoas que não podemos andar na moda, ter essas vaidades. Tem que ser modestinha, né? Se não for, não tem condição”. (*MOVIMENTO*, outubro de 1978, p. 3).

O desejo de uma remuneração maior era marcado também por querer se aprimorar para melhor ensinar. Reconhecendo a falta de condição financeira da prefeitura, dona Mariana e sua irmã controlavam o orçamento doméstico para que nada faltasse. A busca pelo



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



complemento do salário colocava mais uma jornada de trabalho em seu cotidiano. O não pagamento do INPS e a carteira de trabalho não assinada não assegurava, por exemplo, o acesso à aposentadoria no futuro.

O cotidiano das professoras rurais de Minas Gerais mostraram que ensinar sob condições adversas era uma realidade árdua. Indignadas e entristecidas com a falta de recursos financeiros, físicos, de formação adequada, de material escolar e de alimentação para os estudantes, as docentes eram solidárias as dificuldades enfrentadas e procuravam mecanismos para solucioná-las dentro de suas possibilidades, conscientes, contudo, de que a situação era por muitas vezes dramática e atravessada por percalços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coluna *Cena Brasileira*, como demonstrado nas páginas que se seguiram, procurou problematizar sobre as mazelas sociais e econômicas com que parte significativa da população trabalhadora brasileira convivia cotidianamente. Ao apresentar a realidade de regiões diferentes do país, *Movimento* buscava trazer o debate sobre as várias desigualdades que assolavam nosso território. A busca por conhecer um Brasil que experienciava diariamente as privações e sofrimentos da falta de remuneração adequada, de condições inóspitas de trabalho, de hora extra e da produção de renda extra fez parte dos interesses do jornal ao longo de sua existência.

O olhar para um Brasil que era atravessado por diferenças de classe, raça, gênero e região possibilitava que o periódico apresentasse aos seus leitores histórias de pessoas que faziam parte do país, mas que eram constantemente negligenciadas e esquecidas. As histórias aqui analisadas permitiram que se visualisassem sentimentos, anseios e até mesmo sonhos. O conforto da família e o investimento na educação dos filhos destacaram-se como argumentos para a sujeição a determinadas condições de trabalho.

Produzido na égide de uma ditadura civil-militar, *Movimento* para além de um jornal voltado para a resistência, era um jornal preocupado com as demandas sociais de seu tempo presente.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



REFERÊNCIAS

Periódicos

MOVIMENTO, Edição nº 021 Novembro de 1975, 20 páginas.

MOVIMENTO, Edição nº 082, Janeiro de 1978, 20 páginas.

MOVIMENTO, Edição nº 119, Outubro de 1978, 20 páginas.

Bibliografia

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 1977.

KLEIN, Hebert S.; LUNA, Francisco Vidal. População e Sociedade. **IN: Modernização, ditadura e democracia (1964 – 2010)**. REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 31-73.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 - 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINGER, Paul. O processo econômico. **IN: Modernização, ditadura e democracia (1964 – 2010)**. REIS, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183-231.